



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS
EXPLICATIVAS**

2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/01/2021	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	10.349.211,16	2.276.367,99	PASSIVO CIRCULANTE	294.917,89	242.272,10
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.242.254,88	251.557,49	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	861.942,79	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	861.942,79	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	287.067,89	232.620,69
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	632.511,97	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	1.245.013,49	1.392.298,53	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	7.850,00	9.651,41
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	85.342.779,49	88.054.498,42	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	294.917,89	242.272,10
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2020	2019
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	84.263.075,34	86.983.964,54	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	27.270.555,19	30.000.306,84	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	46.957.597,45	63.601.000,27	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-19.687.042,26	-33.600.693,43	Resultados Acumulados	95.397.072,76	90.088.594,31
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	2.628.801,62	-2.645.016,95
Bens Imóveis	56.992.520,15	56.983.657,70	Resultados de Exercícios Anteriores	90.088.594,31	93.885.831,17
Bens Imóveis	57.240.322,60	57.240.322,60	Ajustes de Exercícios Anteriores	2.679.676,83	-1.152.219,91
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-247.802,45	-256.664,90	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	95.397.072,76	90.088.594,31
Intangível	1.079.704,15	1.070.533,88			
Softwares	1.079.704,15	1.070.533,88			
Softwares	1.312.387,58	1.087.174,22			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-232.683,43	-16.640,34			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO Anual
EMISSION 15/01/2021	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	95.691.990,65	90.330.866,41	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	95.691.990,65	90.330.866,41

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	8.242.254,88	251.557,49	PASSIVO FINANCEIRO	10.544.983,64	1.849.700,11
ATIVO PERMANENTE	87.449.735,77	90.079.308,92	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	85.147.007,01	88.481.166,30

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	33.425.300,78	28.093.718,64
Atos Potenciais Ativos	-	-	Atos Potenciais Passivos	33.425.300,78	28.093.718,64
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	33.425.300,78	28.093.718,64
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	33.425.300,78	28.093.718,64

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.102.728,76
Recursos Vinculados	-200.000,00
Previdência Social (RPPS)	-200.000,00
TOTAL	-2.302.728,76



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/01/2021	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	238.395.174,33	219.845.209,54
Ordinárias	-	-	Ordinárias	189.031.807,16	184.806.348,54
Vinculadas	-	-	Vinculadas	49.363.367,17	35.038.861,00
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	4.304.467,10	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	41.184.107,07	35.038.861,00
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.874.793,00	
Transferências Financeiras Recebidas	237.048.395,83	219.476.115,15	Transferências Financeiras Concedidas	1.962.632,13	2.171.599,16
Resultantes da Execução Orçamentária	235.967.437,06	218.160.998,78	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	235.967.437,06	218.160.998,78	Independentes da Execução Orçamentária	1.962.632,13	2.171.599,16
Independentes da Execução Orçamentária	1.080.958,77	1.315.116,37	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.962.632,13	2.171.599,16
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.047.718,53	1.304.747,78	Aporte ao RPPS	-	-
Demais Transferências Recebidas	16.558,02	5.180,78	Aporte ao RGPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	16.682,22	5.187,81			
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	12.549.570,61	4.844.827,34	Pagamentos Extraorçamentários	1.249.462,59	2.607.446,05
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	287.067,89	232.674,86	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	226.347,68	804.356,78
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	10.196.828,39	1.607.428,01	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	889.474,72	966.342,61
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	131.892,95	836.746,66	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	131.892,95	836.746,66
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.933.781,38	2.167.977,81	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.747,24	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		6.747,24	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	1.747,24	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.389,49				
Arrecadação de Outra Unidade	1.929.391,89	2.161.230,57			
Saldo do Exercício Anterior	251.557,49	554.869,75	Saldo para o Exercício Seguinte	8.242.254,88	251.557,49
Caixa e Equivalentes de Caixa	251.557,49	554.869,75	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.242.254,88	251.557,49
TOTAL	249.849.523,93	224.875.812,24	TOTAL	249.849.523,93	224.875.812,24



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2020

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
15/01/2021

PÁGINA
3

SUBTÍTULO 70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	1.172.898,77	572.602,96	572.602,96	587.458,41	12.837,40
Pessoal e Encargos Sociais	-	600.000,00	177.718,53	177.718,53	422.281,47	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	572.898,77	394.884,43	394.884,43	165.176,94	12.837,40
DESPESAS DE CAPITAL	-	434.529,24	316.871,76	316.871,76	77.257,52	40.399,96
Investimentos	-	434.529,24	316.871,76	316.871,76	77.257,52	40.399,96
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	1.607.428,01	889.474,72	889.474,72	664.715,93	53.237,36

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	231.525,25	225.198,07	6.327,18	-0,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	231.525,25	225.198,07	6.327,18	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.149,61	1.149,61	-	-
Investimentos	-	1.149,61	1.149,61	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	232.674,86	226.347,68	6.327,18	-0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2020	PERIODO Anual
EMISSAO 15/01/2021	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	240.349.019,49	226.596.079,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	49,72	2.457,30
Impostos	-	-
Taxas	49,72	2.457,30
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	17,80	348,20
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	17,80	348,20
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.411,97	2.895,07
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.411,97	2.895,07
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	238.033.163,68	220.084.911,37
Transferências Intragovernamentais	237.048.395,83	219.476.115,15
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	984.767,85	608.796,22
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	386.463,76	4.349.930,05
Reavaliação de Ativos	-	3.965.280,89
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	375.747,09	384.349,89
Ganhos com Desincorporação de Passivos	10.716,67	299,27
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.927.912,56	2.155.537,03
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2020	PERIODO Anual
EMISSAO 15/01/2021	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.927.912,56	2.155.537,03
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	237.720.217,87	229.241.095,97
Pessoal e Encargos	151.354.166,30	148.609.924,68
Remuneração a Pessoal	123.804.168,43	121.087.871,19
Encargos Patronais	21.366.151,96	17.602.765,58
Benefícios a Pessoal	6.183.845,91	9.916.285,91
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	3.002,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	46.713.498,35	42.476.876,44
Aposentadorias e Reformas	31.405.843,91	32.005.403,20
Pensões	10.849.155,95	10.371.450,60
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.458.498,49	100.022,64
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	33.474.748,63	29.564.761,18
Uso de Material de Consumo	2.475.133,56	959.610,45
Serviços	26.469.677,03	23.352.527,90
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.529.938,04	5.252.622,83
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,10	7,03
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	0,10	7,03
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	3.261.595,46	2.479.324,76
Transferências Intragovernamentais	1.962.632,13	2.171.599,16
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.298.963,33	307.725,60
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.569.907,05	5.583.199,62
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	3.965.280,89
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	8.215,54
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	2.569.907,05	1.609.703,19



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2020	PERIODO Anual
-------------------	------------------

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSAO 15/01/2021	PAGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTITULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
Tributárias	217.833,78	255.577,17
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	115.363,75	141.554,74
Contribuições	102.470,03	114.022,43
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	128.468,20	271.425,09
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	16.875,00	42.049,00
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	111.593,20	229.376,09
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.628.801,62	-2.645.016,95

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2020	2019



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2020	PERIODO Anual
EMISSAO 15/01/2021	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	10.868.036,09	3.807.767,66
INGRESSOS	239.114.070,16	222.474.092,38
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	239.114.070,16	222.474.092,38
Ingressos Extraorçamentários	131.892,95	836.746,66
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.389,49	-
Transferências Financeiras Recebidas	237.048.395,83	219.476.115,15
Arrecadação de Outra Unidade	1.929.391,89	2.161.230,57
DESEMBOLSOS	-228.246.034,07	-218.666.324,72
Pessoal e Demais Despesas	-205.448.973,05	-198.552.575,78
Legislativo	-	-
Judiciário	-163.200.405,78	-156.401.139,87
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-42.246.820,03	-42.158.183,15
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2020

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EMIÇÃO
15/01/2021

PÁGINA
2

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2020	2019
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-1.747,24	6.747,24
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-20.702.535,94	-17.105.403,12
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-20.702.535,94	-17.105.403,12
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-2.094.525,08	-3.008.345,82
Dispêndios Extraorçamentários	-131.892,95	-836.746,66
Transferências Financeiras Concedidas	-1.962.632,13	-2.171.599,16
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.877.338,70	-4.111.079,92
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-2.877.338,70	-4.111.079,92
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.625.562,83	-3.912.933,76
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-251.775,87	-198.146,16
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.990.697,39	-303.312,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	251.557,49	554.869,75
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.242.254,88	251.557,49

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2020

TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Anteriormente à edição das normas, o Imobilizado da Contabilidade Pública ficava registrado pelo seu valor de aquisição, não sofrendo nenhuma alteração no decorrer de sua vida útil.

E, ainda, os bens registrados no balanço patrimonial da Contabilidade Pública consignavam valores insignificantes, como por exemplo, R\$ 0,01 (centavo de real). Esse fato foi recorrente nas oportunidades em que houve conversão de moeda, como aconteceu em 1994, com a implantação do Plano Real no Brasil, oportunidade em que os bens antigos que já apresentavam valores baixos ficaram registrados por esse valor mínimo. Por isso, a Contabilidade Pública apresentava as mais diversas distorções. Aplicando-se a depreciação, esse fato não mais acontecerá, pois passa a ser possível evidenciar que as demonstrações contábeis do Órgão apresentarão valores reais do Ativo Imobilizado, que poderão auxiliar os dirigentes das instituições na tomada de decisão.

Estimar a vida útil de um bem às vezes é difícil, mas é importante que esses períodos contábeis sejam o mais aproximado possível, pois neles serão alocadas as despesas apuradas da depreciação.

O problema crítico na determinação das quotas de depreciação é o estabelecimento da vida útil, devido à infinidade de fatores que influenciam a durabilidade do bem, especialmente no caso de máquinas e equipamentos. Pode-se dizer que, na escolha do melhor método, cada órgão deve avaliar aquele que mais vantagem lhe ofereça, pois tudo depende do tipo de bens que ele dispõe.

Existem vários métodos para calcular a depreciação, sendo os mais tradicionais: método das quotas constantes ou em linha reta; método da soma dos dígitos dos anos; método de unidades produzidas; método de horas de trabalho e método da taxa dobrada.

No momento em que o Ativo Imobilizado estiver totalmente depreciado e alguns

desses bens ainda apresentarem condições de uso, eles deverão ser novamente reavaliados, registrados pelo valor de reavaliação para, então, iniciar-se novamente a depreciação, conforme estimativa de sua nova vida útil.

MÉTODO DE DEPRECIAÇÃO UTILIZADO

O método utilizado pelo Tribunal é o das quotas constantes ou em linha reta, conforme instruções recebidas da Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Orientação n. 01/2010.

“O método das quotas constantes é o mais utilizado, pois seus cálculos são os mais simples possíveis, e pode ser aplicado ao total de bens de uma mesma espécie. Esse método consiste em dividir o valor do bem pelo número de anos de sua provável duração e considerar cada uma dessas parcelas como depreciação de um ano” (FRANCO, 1981, p. 178).

Segundo consta do Boletim IOB (2002, p. 3):

“O método de linha reta assume que a utilização do bem é igual durante todos os exercícios. Ele parte do princípio de que a depreciação em linha reta é ajustada pelo maior custo de manutenção, que é quase nula no início da utilização do bem e crescente a partir da metade da sua vida útil. Justifica-se a utilização desse método quando: o ativo será utilizado uniformemente durante toda a sua vida útil; não haverá declínio de desempenho; não ocorrerá obsolescência, isto é, não haverá obsolescência tecnológica nessa área; e o custo periódico de reparos e manutenção não aumentará. A maioria das empresas utiliza este método de depreciação pela simplicidade de sua aplicação, pois o valor residual é considerado zero. Também é de fácil aplicação: toma-se o valor da aquisição e divide-se pela vida útil estimada. É um método pelo qual se debita uma fração igual do custo em cada período. O valor da depreciação a ser lançado

no período é determinado pela subtração do valor residual estimado do seu custo de aquisição, dividindo-se o saldo remanescente, o qual representa o total do ativo imobilizado depreciable, pelo número de anos estimados da sua vida útil produtiva. Neste método consideramos como custos de aquisição todos os gastos relacionados com a aquisição desse ativo mais o necessário para colocarmos em seu local de funcionamento e que o mesmo esteja em condições de uso”.

Analisando-se a demonstração das variações patrimoniais do ano de 2020, sem a aplicação da depreciação e amortização de bens, ter-se-ia um superávit de R\$ 7.158.739,66 (sete milhões, cento e cinquenta e oito mil, setecentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos). Em contrapartida, ao lançar o valor da depreciação no valor acumulado de R\$ 4.529.938,04 (quatro milhões, quinhentos e vinte e nove mil, novecentos e trinta e oito reais e quatro centavos) nas Variações Patrimoniais Diminutivas, o resultado

converte-se em um superávit menor, no montante de R\$ 2.628.801,62 (dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil, oitocentos e um reais e sessenta e dois centavos), diminuindo consequentemente o resultado patrimonial, o que representa uma queda de 63,27%. Atendendo às determinações contidas na Orientação SOF/TSE n. 1/2010, os bens móveis do TRESA foram reavaliados pela metodologia de avaliação de mercado, ou seja, foram avaliados itens com características e tempo de uso semelhante para estabelecimento do valor atual.

Como a avaliação comparativa com o mercado ficou semelhante e/ou muito próxima dos valores residuais obtidos com a aplicação da tabela de vida útil da supramencionada Orientação, os bens foram valorados com base nessa norma, seguindo as opções nela apresentadas.

Após o procedimento acima, foram feitos estudos e avaliações de recuperabilidade, atribuindo-se novo tempo de vida útil para os bens reavaliados, conforme sua capacidade de utilização. A partir da reavaliação dos bens e da definição do

tempo de vida útil restante, iniciou-se novo período de aplicação de depreciação dos bens. Cabe destacar que, referente ao item veículo automotor (subitem 52), a reavaliação deu-se com base nos índices/valores pesquisados por meio da tabela FIPE (www.fipe.org.br), conforme sugestão contida na orientação SOF/TSE. No tocante à reavaliação das urnas eletrônicas, o procedimento foi efetuado de forma unificada pelo TSE, com padrões idênticos de valores e de definição de vida útil para todos os Tribunais Regionais Eleitorais.

Por fim, cabe salientar que todos os procedimentos supramencionados obedeceram ao disposto na Orientação SOF/TSE n. 1/2010, bem como nas Resoluções CFC n. 1.136/2008 e n. 1.137/2008.

Demonstrações contábeis exigidas pela Lei n.

4.320/1964 1. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

1.1. PROCESSO DE CONVERGÊNCIA ÀS NOVAS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

A Portaria n. 184/2008 determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN deveria promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

O Decreto n. 6.976/2009 atribuiu à STN a competência para promover a consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio da elaboração do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

A Portaria STN n. 828/2011 alterou o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, determinando que a Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais deverá ser adotada pelos entes da Federação gradualmente a partir do

exercício de 2012 e integralmente até o final do exercício de 2014.

No exercício financeiro de 2016, o PCASP já estava integralmente implantado no âmbito da Justiça Eleitoral.

1.2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2020 foram elaboradas em conformidade com a Lei n. 4.320/1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e de acordo com o Manual SIAFI de Procedimentos para Elaboração de Demonstrações Contábeis.

I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas

alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Resultado Orçamentário no exercício de 2020 é demonstrado pela igualdade entre o total de

Receitas Realizadas de R\$ 238.396.174,33 (duzentos e trinta e oito milhões, trezentos noventa e seis mil, cento e setenta e quatro reais e trinta e três centavos) e o total de Despesas Empenhadas de R\$ 238.396.174,33 (duzentos e trinta e oito milhões, trezentos noventa e seis mil, cento e setenta e quatro reais e trinta e três centavos), apresentando um resultado nulo, sem déficit ou superávit.

II - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro no exercício de 2020 é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários (R\$

237.048.395,83) com os extraorçamentários (R\$ 12.549.570,61) que foi de R\$ 249.597.966,44 (duzentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e três reais e noventa e três centavos), e dos dispêndios orçamentários (R\$ 238.395.174,33) e extraorçamentários (R\$ 1.249.462,59) que foi de R\$ 241.607.269,05 (duzentos e quarenta e um milhões, seiscentos e sete mil, duzentos e sessenta e nove reais e cinco centavos). Do confronto dos valores de ingresso e dispêndio restou um resultado positivo de R\$ 7.990.697,39 (sete milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos), o qual também pode ser apurado pela diferença entre o saldo em espécie transferido para o exercício seguinte (R\$ 8.242.254,88) e o saldo em espécie do exercício anterior (R\$ 251.557,49).

III - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial e financeira do órgão público em uma

determinada data. No balanço patrimonial, as contas deverão ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da entidade.

Estão assim distribuídos os grupos de contas do Balanço Patrimonial:

A) ATIVO CIRCULANTE

O Ativo Circulante inclui o Caixa e Equivalentes de Caixa, os Créditos a Curto Prazo (composto pelos adiantamentos de férias concedidos), Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, Estoques (Material de consumo que se encontra no estoque do almoxarifado, os quais são registrados pelo custo de aquisição e baixados pelo custo médio ponderado).

B) ATIVO NÃO CIRCULANTE

O O Ativo Não Circulante inclui o Imobilizado que é composto pelos Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, deduzidos pela Depreciação e Amortização.

C) PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo Circulante inclui Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (Restos a pagar processados), Obrigações Fiscais a Curto Prazo (composto por impostos a recolher) e Demais Obrigações a Curto Prazo.

D) PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O Passivo Não Circulante não apresentou nenhum saldo ao final do exercício de 2020.

E) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos do órgão depois de deduzidos todos seus passivos, demonstrando, dessa forma, os Resultados Acumulados.

O Balanço Patrimonial do exercício de 2020 demonstra o total do Ativo de R\$ 95.691.990,65 e o total do Passivo de R\$ 294.917,89, apresentando o Resultado Acumulado de R\$ 95.397.072,76, o qual está constituído pelo Resultado do Exercício de R\$ 2.628.801,62 (superávit), pelos Resultados de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 90.088.594,31 e pelo valor de Ajuste de Exercícios Anteriores no montante de 2.679.676,83 (positivo). O valor de ajuste de exercícios anteriores decorre da implantação dos procedimentos de Reavaliação dos Ativos Intangíveis e da Amortização desses itens. A implantação do referido procedimento seguiu as instruções recebidas da Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Orientação n. 12/2019.

IV - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas. A DVP do exercício de 2020 apresentou o total das variações quantitativas aumentativas de R\$ 240.349.019, e o total das variações quantitativas diminutivas de R\$ 237.720.217,87, gerando como resultado patrimonial do período um superávit de R\$ 2.628.801,62 (dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil, oitocentos e um reais e sessenta e dois centavos).

Analizando-se a demonstração das variações patrimoniais do ano de 2020 e comparando com o resultado de 2019, o qual foi um déficit de R\$ 2.645.016,95, pode ser observado que houve um aumento no resultado da ordem de 199,38%.

Déficit é o resultado apurado ao final do exercício que aponta saldo negativo (no caso de positivo, superávit) no confronto entre a soma de todas as receitas e de todas as despesas empenhadas, indicando que as receitas orçamentárias foram menores do que as despesas orçamentárias. Difere do déficit financeiro, pois não significa necessariamente que o Poder Público gastou, de fato, mais dinheiro do que dispunha, mas sim que autorizou, no ano, mais gastos do que os recursos que se encontravam disponíveis no exercício.

Quando se refere apenas ao confronto entre receitas correntes e despesas correntes, é chamado de déficit ou superávit do Orçamento Corrente (art. 11, § 3º, Lei n. 4.320/1964).

V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes. A Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2020 foi positiva, no montante de R\$ 7.990.697,39.